



**ALFABETIZAÇÃO E RACISMO NO BRASIL: como a desigualdade racial
influencia o acesso à educação e o processo de alfabetização da população negra**
**LITERACY AND RACISM IN BRAZIL: how racial inequality influences access
to education and the literacy process of the black population**

**Marina Roque Thomé de Souza¹, Daianna Brasília de Araújo Pompeu², Roger
Antônio Rodrigues³**

¹Faculdade Unis, São Lourenço, Minas Gerais, marina.souza2@alunos.unis.edu.br;
0009-0009-8382-178X

²Faculdade Unis, São Lourenço, Minas Gerais, daianna.neves@professor.unis.edu.br;
0000-0001-9111-8132

³Faculdade Unis, São Lourenço, Minas Gerais, roger.rodrigues@unis.edu.br; 0009-
0003-6191-7509

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre alfabetização e racismo no Brasil, abordando de que maneira a desigualdade racial interfere no acesso à educação e no processo de alfabetização da população negra. Tal abordagem se faz necessária diante da persistência de desigualdades educacionais historicamente construídas, que ainda impactam o acesso, a permanência e o desempenho escolar de estudantes negros. O objetivo deste estudo é compreender como fatores históricos, sociais e econômicos, associados ao racismo estrutural, influenciam o percurso educacional da população negra. Esse propósito é alcançado por meio de uma metodologia que articula revisão bibliográfica, com base em autores que discutem educação e relações raciais, e pesquisa de campo, realizada por meio da aplicação de um questionário online com 22 participantes, selecionados por conveniência. A análise evidencia que as desigualdades raciais interferem diretamente no processo de alfabetização, sobretudo em razão das condições socioeconômicas, que levam muitos indivíduos a interromper os estudos para trabalhar, comprometendo sua formação escolar. Além disso, o estudo demonstra que o racismo estrutural se manifesta no ambiente educacional, dificultando não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar da população negra. Conclui-se que a efetivação de uma educação igualitária exige o fortalecimento de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas, que considerem a diversidade e promovam a equidade racial.

Palavras-chave: Alfabetização, desigualdade racial, racismo estrutural, educação.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui fundamentação de caráter histórico, social e educacional e aborda a relação entre alfabetização e racismo no Brasil, com foco na compreensão do racismo estrutural como elemento central na produção e manutenção das desigualdades educacionais. Parte-se do pressuposto de que a desigualdade racial não é um fenômeno isolado, mas resultado de processos históricos que impactam diretamente o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada à população negra.

Nesse contexto, busca-se compreender como fatores históricos e sociais, especialmente aqueles decorrentes do período escravocrata e de suas heranças, contribuíram para a consolidação de um sistema educacional excludente, que ainda hoje reproduz desigualdades raciais. A alfabetização, enquanto etapa fundamental da formação escolar, é diretamente afetada por essas condições estruturais, evidenciando disparidades no acesso e no desenvolvimento educacional da população negra. Dessa forma, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: de que maneira o racismo estrutural, manifestado por meio da desigualdade racial, interfere no acesso à alfabetização da população negra no Brasil?

Tal abordagem se faz necessária, pois as desigualdades educacionais ainda representam um desafio significativo para a sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao acesso, permanência e na qualidade da educação para a população negra.

O objetivo deste estudo é analisar como a desigualdade racial influencia o acesso à educação e o processo de alfabetização da população negra no Brasil, refletindo sobre aspectos históricos, sociais e educacionais relacionados a essa problemática.

Este propósito será alcançado por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica será realizada a partir da análise de artigos científicos e produções acadêmicas. Já a pesquisa de campo será desenvolvida por meio da aplicação de um questionário, com participantes voluntários, buscando coletar percepções e informações.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

A análise da trajetória da população negra na educação brasileira exige a compreensão de seu contexto histórico, marcado por processos sistemáticos de exclusão que se articulam ao racismo estrutural.

Durante o período escravocrata, a educação no Brasil era restrita às elites, sendo sistematicamente negada à população negra. Conforme evidenciado por estudos sobre a história da educação, durante muito tempo os negros não foram considerados sujeitos de pesquisa, o que contribuiu para sua invisibilidade histórica (BRASIL, 2005; GOMES, 2012). Nesse contexto, Gomes (2012, p. 100) afirma que “a educação escolar no Brasil foi construída historicamente sem considerar a população negra como sujeito de direitos”. Tal exclusão não se limitava ao campo acadêmico, mas se expressava também nas práticas sociais e institucionais, configurando um padrão estrutural de negação de direitos.

Essa exclusão era reforçada por dispositivos legais que institucionalizavam a desigualdade racial. De acordo com registros históricos apresentados por Moacyr (1936), a legislação de 1837 determinava que: “São proibidos de frequentar as escolas os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos.” Esse tipo de normatização evidencia que o racismo não operava apenas no âmbito social, mas também jurídico, contribuindo para a consolidação de um sistema educacional excludente. Assim, a exclusão legal da população negra pode ser compreendida como um dos pilares da formação do racismo estrutural no Brasil, cujos efeitos se estendem para além do período escravocrata.

Com o passar do tempo, ocorreram transformações no campo educacional, especialmente com a incorporação de novas perspectivas teóricas, como a abordagem marxista, que ampliou a compreensão sobre os sujeitos históricos e as relações de poder na sociedade. Autores influenciados por essa perspectiva passaram a compreender a educação como um espaço de disputa social e de reprodução, mas também de possível transformação das desigualdades, destacando a importância da inclusão de grupos historicamente marginalizados, como a população negra (GOMES, 2012; FERNANDES, 1965). No entanto, mesmo diante dessas mudanças teóricas, práticas excludentes continuaram presentes, revelando a persistência de estruturas sociais marcadas pelo racismo.

As consequências desse processo histórico são profundas e se manifestam na atualidade por meio da permanência das desigualdades educacionais. A exclusão histórica da população negra do acesso à educação formal contribuiu para a construção de um cenário em que oportunidades educacionais são distribuídas de forma desigual. Nesse sentido, autores como Munanga (2005) e Gomes (2012) destacam que o racismo estrutural atua diretamente no acesso, na permanência e no desempenho da população

negra no sistema educacional brasileiro, evidenciando que tais desigualdades não são circunstanciais, mas estruturais.

Mesmo com avanços importantes, como a implementação de políticas públicas e ações afirmativas, as disparidades educacionais ainda são evidentes. Dados do IBGE (2019) indicam que a população negra apresenta, em média, menores níveis de escolarização em comparação à população branca. De acordo com Saviani (2008), a educação tende a refletir as desigualdades presentes na sociedade, contribuindo, muitas vezes, para sua reprodução, caso não haja intervenções que promovam maior equidade.

Dessa forma, compreender esse percurso histórico é fundamental para interpretar a realidade atual e pensar estratégias que visem à construção de uma educação mais justa e inclusiva. A análise dos processos históricos de exclusão, bem como das formas contemporâneas de manifestação do racismo estrutural, torna-se essencial para evidenciar as raízes das desigualdades e orientar ações que promovam a equidade no campo educacional.

2.1 A luta histórica da população negra pelo acesso à educação

Inicialmente, é importante compreender que a trajetória da população negra no acesso à educação no Brasil é marcada por processos históricos de exclusão, mas também por resistência e busca pelo conhecimento. Nesse sentido, Gomes (2012) destaca que a história da educação brasileira revela processos de marginalização da população negra, ao mesmo tempo em que evidencia suas estratégias de resistência. Nesse contexto, destacam-se figuras que, mesmo diante de limitações impostas pela sociedade, contribuíram para a luta por educação e liberdade.

Segundo Assunção (2003), ao analisar a trajetória de Preto Cosme, observa-se que ele não apenas liderou escravizados durante a Balaiada, como também organizou uma escola voltada à alfabetização dessas pessoas, sendo reconhecido como um defensor da liberdade. Essa iniciativa evidencia que, mesmo em um contexto de opressão, a educação já era compreendida como um instrumento fundamental de emancipação social.

De forma semelhante, a trajetória de Machado de Assis reforça os desafios enfrentados pela população negra no acesso à educação. De acordo com Schwarcz (2015), o autor, negro e de origem pobre, teve acesso limitado à escolarização formal, desenvolvendo sua formação de maneira autodidata, aprendendo a ler e a escrever fora dos espaços tradicionais de ensino. Nesse sentido, Chalhoub (2003) também destaca que

a formação de Machado de Assis ocorreu, em grande parte, fora dos espaços formais de ensino, sendo marcada pelo autodidatismo em um contexto de desigualdade social. Ainda assim, tornou-se um dos maiores escritores da literatura brasileira e membro da Academia Brasileira de Letras, o que demonstra que sua trajetória representa uma exceção diante das desigualdades educacionais existentes.

Esses exemplos evidenciam que a população negra sempre buscou o acesso à educação, mesmo diante de barreiras estruturais. Nesse sentido, Gomes (2012) destaca que estudantes negros enfrentam dificuldades não apenas no acesso, mas também na permanência no ambiente escolar, o que contribui para a manutenção das desigualdades educacionais. Além disso, Almeida (2019) afirma que o racismo estrutural está presente nas instituições sociais, influenciando diretamente as oportunidades educacionais da população negra.

Dessa forma, compreender essas trajetórias e desigualdades é fundamental para analisar como o racismo estrutural impacta o processo educacional. A seguir, serão abordadas as desigualdades raciais e a alfabetização no Brasil.

2.2 Desigualdade racial e alfabetização no Brasil

De igual importância, destaca-se a análise das desigualdades raciais no campo educacional brasileiro, especialmente no que se refere ao acesso, permanência e conclusão dos estudos pela população negra. A educação, enquanto direito social, é assegurada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. No entanto, como destaca Saviani (2008), a garantia legal do direito à educação não significa, necessariamente, sua efetivação na prática, uma vez que as desigualdades sociais e históricas interferem diretamente no acesso e na qualidade do ensino. Dessa forma, a construção de uma educação democrática torna-se essencial como estratégia de combate ao racismo e às desigualdades educacionais.

Nesse sentido, dados do IBGE (2019) evidenciam que as desigualdades educacionais possuem forte recorte racial. Segundo o instituto, jovens negros apresentam maiores taxas de abandono e menor escolarização em comparação à população branca. Além disso, entre pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo entre negros é significativamente superior à de brancos, evidenciando a persistência das desigualdades educacionais ao longo das gerações. De acordo com Gomes (2012), esses dados refletem

um processo histórico de exclusão da população negra, que ainda enfrenta dificuldades no acesso e, principalmente, na permanência no sistema educacional. Assim, torna-se evidente que, embora o direito à educação seja universal, sua concretização ocorre de forma desigual.

De acordo com Bourdieu (1998), a escola tende a reproduzir as desigualdades sociais existentes, uma vez que valoriza determinados tipos de capital cultural que não são igualmente acessíveis a todos os grupos sociais. Essa perspectiva contribui para compreender como estudantes negros, historicamente marginalizados, enfrentam maiores dificuldades no percurso escolar. Complementando essa análise, Moreira (2019) discute como o racismo pode se manifestar de forma velada, inclusive por meio de práticas naturalizadas, como o humor, que reforçam estereótipos e contribuem para a exclusão simbólica da população negra no ambiente escolar.

Dessa forma, percebe-se que o racismo impacta diretamente a trajetória educacional de estudantes negros, não apenas no acesso, mas também na permanência e no desempenho escolar. Assim, compreender essas desigualdades é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. A seguir, serão abordadas as características do racismo estrutural e suas consequências na educação brasileira.

2.3 Racismo estrutural e suas consequências na educação

Outro aspecto fundamental a ser destacado refere-se ao racismo estrutural e suas consequências no campo educacional, especialmente no que diz respeito ao acesso, permanência e sucesso escolar da população negra. De acordo com Almeida (2019), o racismo não deve ser compreendido apenas como uma ação individual, mas como parte de um processo social, histórico e político que estrutura as relações na sociedade. Nesse sentido, o racismo estrutural está presente nas instituições, inclusive na escola, influenciando diretamente as oportunidades educacionais e contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais.

A partir dessa perspectiva, observa-se que o racismo impacta de forma significativa o acesso à educação e o processo de alfabetização da população negra. Segundo Gomes (2012), estudantes negros historicamente enfrentam processos de marginalização no ambiente escolar, o que dificulta não apenas o ingresso, mas também a permanência e o desempenho acadêmico. Além disso, como aponta Cardoso (2008), a

ausência de representatividade no espaço escolar contribui para o sentimento de exclusão, reforçando desigualdades e impactando negativamente a trajetória educacional desses estudantes.

Nesse contexto, a prática do racismo no ambiente escolar pode se manifestar de diferentes formas, muitas vezes de maneira velada, afetando a construção da identidade e o desenvolvimento social e acadêmico dos estudantes negros. Essa realidade dialoga com o pensamento de Freire (1970), ao defender uma educação libertadora, capaz de promover a consciência crítica e a transformação social. Como afirma o autor: “A educação libertadora problematizadora já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, mas um ato cognoscente.” (FREIRE, 1970, p. 39)

Dessa forma, combater o racismo no ambiente educacional exige não apenas o reconhecimento de sua existência, mas também a adoção de práticas pedagógicas que promovam a inclusão, a valorização da diversidade e a equidade. Nesse sentido, Gomes (2012) destaca que a desconstrução de estereótipos raciais passa pela conscientização e por ações coletivas no espaço escolar, visando a construção de uma educação mais justa e democrática.

Assim, compreender o racismo estrutural e suas consequências na educação é essencial para a transformação das práticas educacionais e para a promoção da igualdade racial. A seguir, serão apresentadas as considerações finais do trabalho, retomando os principais pontos discutidos ao longo da pesquisa.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Conforme apresentado na introdução, esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre alfabetização e desigualdade racial no Brasil, buscando compreender de que maneira o racismo estrutural influencia o acesso à educação e o processo de alfabetização da população negra. Para isso, foram analisados dados obtidos por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, considerando a importância da análise sistemática em pesquisas sociais, conforme destaca Gil (2008).

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que busca compreender um problema social concreto e contribuir para reflexões sobre as desigualdades educacionais relacionadas à questão racial. Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pois visa, simultaneamente, ampliar a

compreensão sobre a temática e descrever percepções e experiências dos participantes acerca do acesso à alfabetização.

No que se refere à abordagem, a pesquisa adota caráter qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa está presente na análise histórica e social da relação entre racismo e educação no Brasil, bem como na interpretação das percepções dos participantes. Já a abordagem quantitativa se manifesta na coleta e análise de dados obtidos por meio de questionário estruturado, permitindo a organização de informações em categorias e variáveis.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A revisão bibliográfica baseou-se na análise de livros, artigos científicos e produções acadêmicas que discutem racismo estrutural, desigualdade educacional e alfabetização no Brasil.

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário online, composto por questões fechadas e abertas. As questões fechadas contemplaram variáveis como faixa etária, identificação racial e nível de escolaridade, enquanto as questões abertas buscaram compreender percepções dos participantes sobre a influência da desigualdade racial no acesso à educação e no processo de alfabetização.

Participaram da pesquisa 22 indivíduos, selecionados por meio de amostragem não probabilística por conveniência, ou seja, os participantes foram escolhidos com base na acessibilidade da pesquisadora. Não houve critérios rigorosos de inclusão ou exclusão, o que caracteriza uma limitação do estudo, uma vez que os resultados não podem ser generalizados para toda a população. Ainda assim, a diversidade de perfis dos respondentes permitiu a obtenção de diferentes perspectivas sobre o tema. A coleta de dados foi realizada ao longo de sete dias.

No que se refere ao tratamento dos dados, as respostas às questões fechadas foram organizadas em tabelas e analisadas de forma descritiva, por meio de frequências e comparação entre variáveis. Já as respostas às questões abertas foram analisadas por meio de categorização temática, buscando identificar padrões de percepção relacionados à desigualdade racial e à alfabetização.

A análise dos dados considerou variáveis como faixa etária, identificação racial e nível de escolaridade dos participantes, permitindo traçar o perfil dos respondentes. Além disso, foram examinadas as percepções acerca da influência da desigualdade racial no acesso à educação, as dificuldades enfrentadas pela população negra no processo de alfabetização e a abordagem da temática racial no ambiente escolar. Dessa forma, buscou-

se relacionar os dados empíricos com o referencial teórico, evidenciando como fatores históricos e sociais contribuem para a permanência das desigualdades educacionais no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

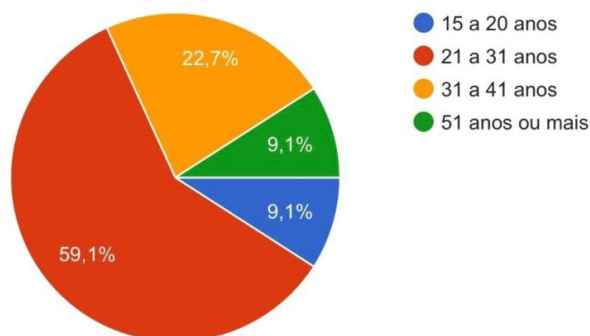
Este estudo teve como objetivo analisar de que forma o racismo influencia o processo de alfabetização de pessoas negras em diferentes faixas etárias. A partir disso, foram coletadas percepções dos participantes, cujos resultados serão apresentados a seguir.

O gráfico a seguir apresenta a idade dos participantes da pesquisa.

Gráfico 1 – Faixa etária dos participantes

Qual sua idade?

22 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

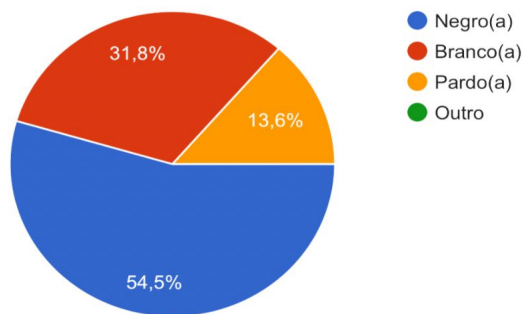
Nota-se uma diversidade de faixas etárias entre os participantes, o que contribui para uma análise mais ampla sobre o tema.

O gráfico a seguir apresenta como os participantes se autodeclaram em relação à cor/raça.

Gráfico 2 – Autodeclaração de cor/raça dos participantes

Você se identifica como:

22 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

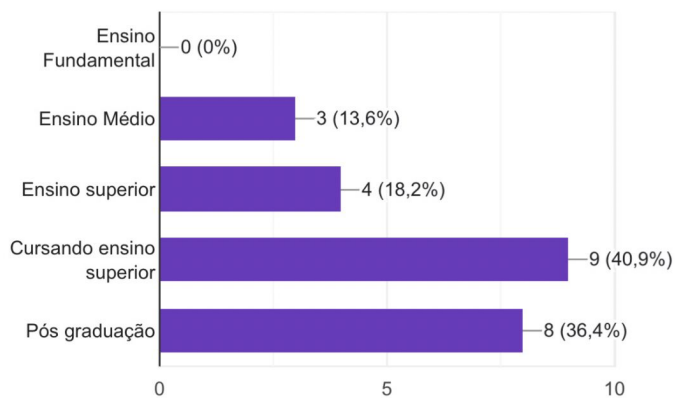
A autodeclaração racial é um elemento fundamental na compreensão das desigualdades sociais. Nesse sentido, Munanga (2005) destaca que a identidade racial no Brasil está diretamente relacionada às experiências sociais e históricas vivenciadas pelos indivíduos.

Na sequência, buscou-se identificar o nível de escolaridade dos participantes, com o objetivo de compreender seu percurso educacional.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos participantes

Qual seu nível de escolaridade?

22 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que a maioria dos participantes possui níveis mais elevados de escolaridade, com destaque para aqueles que estão cursando o ensino superior (40,9%) e os que possuem pós-graduação (36,4%), enquanto em menor número aparecem os participantes com ensino superior completo (18,2%) e ensino médio (13,6%), não

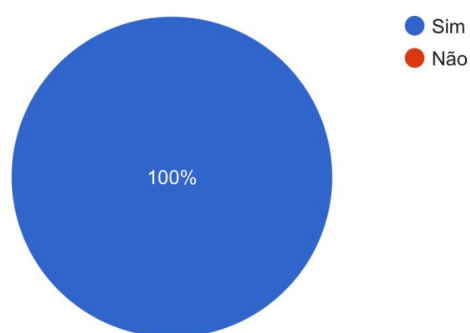
havendo respondentes apenas com ensino fundamental. Esses dados indicam que a amostra é composta predominantemente por indivíduos com maior acesso à educação formal, o que pode influenciar suas percepções sobre a temática abordada, especialmente no que se refere à compreensão da desigualdade racial no contexto educacional. Nesse sentido, o fato de 100% dos participantes reconhecerem a influência da desigualdade racial no acesso à educação reforça as discussões teóricas apresentadas no estudo, mas também pode estar relacionado ao perfil mais escolarizado dos respondentes, que possivelmente possuem maior contato com debates acadêmicos e sociais sobre o tema. Dessa forma, é importante destacar que a composição da amostra constitui uma limitação metodológica da pesquisa, uma vez que não contempla de forma abrangente diferentes perfis sociais e níveis de escolaridade, especialmente aqueles mais diretamente afetados pelas desigualdades no acesso à alfabetização, o que implica que os resultados não podem ser generalizados para toda a população, devendo ser interpretados à luz do perfil específico dos participantes.

Buscou-se, também, compreender a percepção dos participantes sobre a influência da desigualdade racial no acesso à educação no Brasil.

Gráfico 4 – Percepção sobre a influência da desigualdade racial no acesso à educação

Você acredita que a
desigualdade racial influencia o
acesso à educação no Brasil?

22 respostas



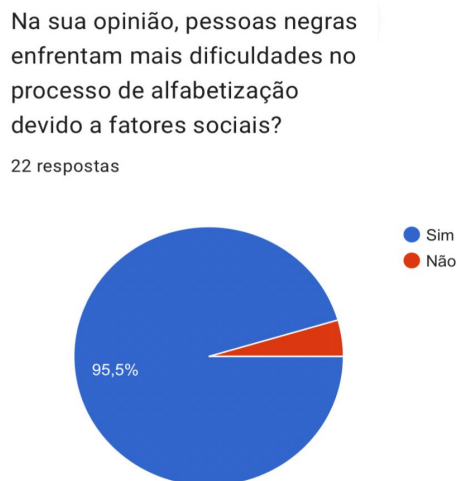
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nesse contexto, Munanga (2005) afirma que o racismo estrutural no Brasil atua como um elemento organizador das desigualdades sociais, afetando diretamente o acesso da população negra a direitos fundamentais, como a educação. Trata-se de um fenômeno histórico e institucionalizado, que ultrapassa ações individuais e se manifesta nas próprias

condições de oferta e acesso ao ensino. Dessa forma, as desigualdades educacionais enfrentadas pela população negra refletem esse processo estrutural, que limita oportunidades e contribui para a reprodução de exclusões ao longo do tempo.

O gráfico a seguir apresenta a opinião dos participantes sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas negras no processo de alfabetização devido a fatores sociais.

Gráfico 5 – Percepção sobre dificuldades de pessoas negras na alfabetização



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

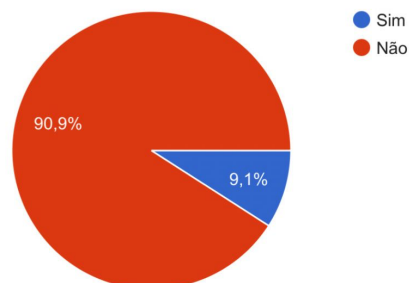
Observa-se que a maioria dos participantes acredita que pessoas negras enfrentam mais dificuldades no processo de alfabetização em razão de fatores sociais. Esse dado evidencia o reconhecimento de que desigualdades estruturais impactam diretamente o acesso e a permanência no processo educativo. Nesse sentido, Freire (1970) aponta que a educação está inserida em um contexto social e histórico, sendo influenciada pelas condições de vida dos indivíduos, o que pode gerar desigualdades no processo de aprendizagem.

O gráfico a seguir apresenta a opinião dos participantes sobre a abordagem da questão racial na escola.

Gráfico 6 – Percepção sobre o debate da questão racial na escola

Você acredita que a escola debate suficientemente a questão racial na educação?

22 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

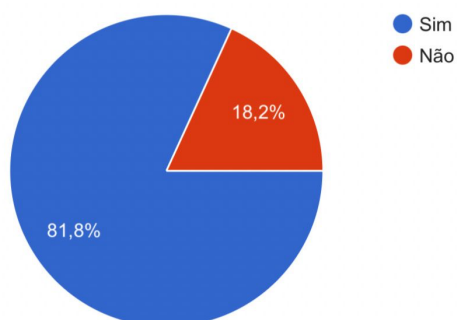
Observa-se que a maioria dos participantes acredita que a escola não debate suficientemente a questão racial. Esse dado evidencia uma lacuna no ambiente educacional, indicando que temas relacionados ao racismo e à desigualdade ainda são pouco abordados no cotidiano escolar. Nesse contexto, Freire (1970) defende uma educação crítica e problematizadora, que promova a reflexão sobre a realidade social, incluindo questões como o racismo e as desigualdades.

O gráfico a seguir apresenta se os participantes conhecem pessoas negras que não são alfabetizadas.

Gráfico 7 – Conhecimento sobre pessoas negras não alfabetizadas

Você conhece alguma pessoa negra que não seja alfabetizada?

22 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que 81,8% dos participantes afirmam conhecer pessoas negras que não são alfabetizadas, enquanto 18,2% relatam não conhecer. Esse dado evidencia que o analfabetismo ainda está presente na realidade social, especialmente quando relacionado à população negra. A expressiva porcentagem de respostas positivas indica que essa não é uma situação isolada, mas sim um reflexo de desigualdades históricas e estruturais que impactam o acesso à educação.

Além das questões objetivas, os participantes que responderam afirmativamente foram convidados a descrever as características das pessoas negras não alfabetizadas que conhecem. A partir das respostas, observa-se que a faixa etária dessas pessoas varia, predominantemente, entre 30 e 70 anos. Em relação aos fatores que contribuíram para a não alfabetização, destacam-se questões como a necessidade de trabalhar desde cedo, dificuldades financeiras, responsabilidades familiares, como o cuidado com irmãos e a falta de oportunidades de acesso à educação.

Esses relatos evidenciam que o processo de não alfabetização está diretamente relacionado a fatores sociais e econômicos, que dificultam o acesso e a permanência na escola. Sob essa ótica, Freire (1970) aponta que a educação é condicionada pelas realidades sociais dos indivíduos, sendo profundamente impactada por desigualdades estruturais.

Em decorrência disso, os dados reforçam que o analfabetismo não pode ser compreendido de forma isolada, mas como resultado de um conjunto de desigualdades históricas, incluindo o racismo estrutural e a exclusão social, que ainda marcam significativamente a trajetória educacional da população negra no Brasil.

Diante disso, torna-se fundamental refletir sobre o papel da educação na superação dessas desigualdades, o que conduz às considerações finais deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão norteadora deste estudo: de que maneira a desigualdade racial interfere no acesso à alfabetização da população negra no Brasil? Os resultados evidenciam que essa desigualdade impacta diretamente o percurso educacional, especialmente em função das condições socioeconômicas. Os dados analisados, aliados ao referencial teórico, indicam que a população negra enfrenta maiores dificuldades de acesso e permanência na escola, sendo frequentemente levada a interromper os estudos

precocemente para ingressar no mercado de trabalho, o que compromete seu processo de alfabetização.

Refletir sobre essas desigualdades implica reconhecer que uma parcela significativa da população ainda é historicamente prejudicada em função de sua cor ou raça. Diante disso, torna-se indispensável pensar em uma educação de qualidade que seja, de fato, acessível a todos. Para tanto, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas que promovam o acesso, a permanência e o sucesso da população negra na educação formal, desde a educação infantil até o ensino superior.

Além disso, destaca-se o papel essencial do educador, que deve considerar os fatores sociais que atravessam a realidade de seus educandos, compreendendo que tais aspectos influenciam diretamente no desempenho escolar. É igualmente necessário valorizar a diversidade cultural presente na sala de aula, possibilitando que diferentes realidades sejam reconhecidas e respeitadas, promovendo um olhar mais sensível, crítico e humano sobre o processo educativo.

Por fim, a educação deve ser entendida como um espaço de formação cidadã, capaz de fomentar o protagonismo dos sujeitos, romper as barreiras do preconceito racial e dar voz a indivíduos historicamente silenciados. Nesse sentido, a transformação social passa também pela transformação individual, na qual o sujeito se constrói socialmente por meio da reflexão, da criatividade e da valorização de sua identidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

LITERACY AND RACISM IN BRAZIL: how racial inequality influences access to education and the literacy process of the black population

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between literacy and racism in Brazil, addressing how racial inequality interferes with access to education and the literacy process of the Black population. Such an approach is necessary given the persistence of historically constructed educational inequalities, which still impact the access, retention, and academic performance of Black students. The objective of this study is to understand how historical, social, and economic factors, associated with structural racism, influence the educational journey of the Black population. This purpose is achieved through a methodology that articulates a literature review, based on authors who discuss education and racial relations, and field research conducted through an online questionnaire with 22 participants, selected by convenience. The analysis evidences that racial inequalities directly interfere with the literacy process, especially due to socioeconomic conditions,

which lead many individuals to interrupt their studies to work, compromising their formal schooling. Furthermore, the study demonstrates that structural racism manifests in the educational environment, hindering not only access but also the retention and school success of the Black population. It concludes that the implementation of an egalitarian education requires the strengthening of public policies and inclusive pedagogical practices that consider diversity and promote racial equity.

Keywords: *Literacy, racial inequality, structural racism, education.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2026.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **Histórias de escravos e senhores em uma região cafeeira do Brasil: o Vale do Paraíba fluminense, 1800–1888**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007)**.

2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. Disponível em: <https://professorrenato.com/wp-content/uploads/2024/12/Florestan-Fernandes-A-integracao-do-negro-na-sociedade-de-classes-Vol-I-O-legado-da-raca-branca-1.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>. Acesso em: 01 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/METODOS%20E%20TECNICAS%20DE%20PEQUISA%20SOCIAL%20-%20ANTONIO%20GIL.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2026.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In: GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936-1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/148>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Racismo_Recreativo_%28%28Feminismos_Plurais%29_-_Adilson_Moreira.pdf. Acesso em: 01 abr. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 01.abr. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1674332/mod_resource/content/1/Escola%20e%20Democracia%20%28edi%C3%A7%C3%A3o%20comemorativa%29.pdf. Acesso em: 29.mar. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Machado de Assis: um gênio brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Marina Roque Thomé de. **Alfabetização e Racismo no Brasil: Pesquisa de Campo**. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1eZgGMk4NEW6gvuJdEXrJu_DrCZeOh6aRE0iM0JGDFh4/edit. Acesso em: 01.abr. 2026.